

# **Salus Infraestrutura Portuária S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Trimestre Findo em  
30 de Junho de 2017 e  
Relatório sobre a Revisão de Informações  
Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da  
Salus Infraestrutura Portuária S.A.  
São Paulo - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade) e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## Ênfase

### *Concentração das operações*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, as operações da Sociedade ocorrem com um único cliente, sendo reguladas por contrato com duração prevista de dez anos. Nosso relatório não contém ressalva em virtude desse assunto.

## Outros assuntos

### *Demonstração do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas "International Financial Reporting Standards - IFRS", que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2017

*DELOITTE TOUCHE TOHMATSU*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

*Ribas Gomes Simões*

Ribas Gomes Simões  
Contador  
CRC nº 1 SP 289690/O-0

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13	1,528	Fornecedores		20,262	10,379
Aplicações financeiras	4	30,589	160,790	Impostos, taxas e contribuições a recolher	8	1,998	1,042
Clientes e outros valores a receber	6	23,507	6,015	Dividendos a pagar		32	32
Impostos a recuperar	5	460	459	Debêntures	9	48,247	46,090
Adiantamento a fornecedor		223	108	Total dos passivos circulantes		70,539	57,543
Total dos ativos circulantes		54,792	168,900				
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos a recuperar	5	8,904	7,922	Debêntures	9	338,870	320,816
Imobilizado	7	349,857	205,191	Total do passivo não circulante		338,870	320,816
Total dos ativos não circulantes		358,761	213,113				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	10.1	420	420
				Reserva legal	10.2	84	84
				Reservas de expansão		3,150	3,150
				Lucros acumulados		490	-
				Total do patrimônio líquido		4,144	3,654
<b>TOTAL DO ATIVOS</b>		<b>413,553</b>	<b>382,013</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>413,553</b>	<b>382,013</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras Intermediárias.

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	01/04 a 30/06/17	01/01 a 30/06/17	01/04 a 30/06/16	01/01 a 30/06/16
RECEITA LÍQUIDA	11	11,769	15,173	3,105	5,755
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	12	<u>(8,083)</u>	<u>(14,091)</u>	-	-
LUCRO BRUTO		3,686	1,082	3,105	5,755
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	13	(139)	(242)	(78)	(203)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	13	<u>(56)</u>	<u>(108)</u>	-	<u>(13)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3,491	732	3,027	5,539
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	14	1,370	4,800	9,076	18,996
Despesas financeiras	14	<u>(1,740)</u>	<u>(5,873)</u>	<u>(11,469)</u>	<u>(27,503)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3,121	(341)	634	(2,968)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>831</u>	<u>831</u>	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>3,952</u>	<u>490</u>	<u>634</u>	<u>(2,968)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	15	<u>9.4095</u>	<u>1.1667</u>	<u>1.5095</u>	<u>(7.0667)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>01/04 a</u> <u>30/06/17</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/06/17</u>	<u>01/04 a</u> <u>30/06/16</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/06/16</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	3,952	490	634	(2,968)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>3,952</u>	<u>490</u>	<u>634</u>	<u>(2,968)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Reserva de expansão		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	420	20	384	-	824
Prejuízo líquido do trimestre	-	-	-	(2,968)	(2,968)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	<u>420</u>	<u>20</u>	<u>384</u>	<u>(2,968)</u>	<u>(2,144)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	420	84	3,150	-	3,654
Lucro líquido do semestre	-	-	-	490	490
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	<u>420</u>	<u>84</u>	<u>3,150</u>	<u>490</u>	<u>4,144</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro (prejuízo) líquido do período	490	(2,968)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(4,800)	(18,996)
Depreciação	14,091	-
Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	5,638	27,322
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(983)	(3,696)
Adiantamento a fornecedor	(115)	95
Despesas antecipadas	-	(106)
Clientes e outros valores a receber	(17,492)	(6,611)
Redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	9,883	(1,844)
Impostos, taxas e contribuições	956	(249)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>7,668</u>	<u>(7,053)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações financeiras	135,001	60,189
Adições ao imobilizado	(144,184)	(51,355)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	<u>(9,183)</u>	<u>8,834</u>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(1,515)</u>	<u>1,781</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1,528	342
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	13	2,123
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(1,515)</u>	<u>1,781</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado  
Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016  
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
RECEITAS		
Receita de serviços	<u>17,694</u>	<u>6,712</u>
	<u>17,694</u>	<u>6,712</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(242)</u>	<u>(203)</u>
	<u>(242)</u>	<u>(203)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>17,452</u>	<u>6,509</u>
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	<u>(14,091)</u>	<u>-</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>3,361</u>	<u>6,509</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	<u>4,800</u>	<u>18,996</u>
	<u>4,800</u>	<u>18,996</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>8,161</u>	<u>25,505</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	1,798	970
Despesas financeiras	5,873	27,503
Lucro (prejuízo) do período	490	(2,968)
Valor adicionado distribuído	<u>8,161</u>	<u>25,505</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Sociedade") foi constituída em 27 de março de 2012.

A Sociedade tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente.

No exercício de 2015, a Sociedade iniciou suas operações mediante o desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo.

Em 01 de outubro de 2016, houve o início da segunda fase da dragagem.

#### 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM - e com normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade no Brasil.

Todas as informações relevantes utilizadas pela administração na gestão da sociedade estão evidenciadas nestas informações financeiras intermediárias.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas informações financeiras intermediárias.

##### 2.2. Ativos financeiros

São classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros contabilizados ao valor justo no resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas e deixam de ser reconhecidas, respectivamente, na data da negociação quando a compra ou venda de um investimento estiver prevista em um contrato cujos termos exijam a entrega do investimento em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, as quais são inicialmente mensuradas ao valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo no resultado.

Em cada data do balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são registrados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzido de perdas de seu valor de recuperação ("impairment"), se houver.

#### "Impairment" de ativos financeiros

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que, na avaliação individual, não apresentam "impairment" podem ser subsequentemente avaliados para "impairment" de forma coletiva. Entre as evidências objetivas de impossibilidade de recuperação do valor de uma carteira de créditos estão a experiência passada da Sociedade em receber créditos e as mudanças observáveis nas condições econômicas locais ou nacionais relacionadas à inadimplência dos recebimentos.

#### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes em conta-corrente bancária e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação e com risco insignificante de mudança do valor justo.

#### 2.4. Aplicações financeiras

A Sociedade possui aplicações financeiras em fundos de investimento aberto. As aplicações são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

#### 2.5. Contas a receber de clientes

Representam valores a receber por conta de serviços prestados de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção.

#### 2.6. Imobilizado

Reconhecido pelo custo de aquisição e de construção, deduzido da depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável.

#### 2.7. Passivos financeiros

Mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva.

#### 2.8. Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

#### 2.9. Receita de prestação de serviços de infraestrutura

A receita de serviços decorre do desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado.

## 2.10. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

Os impostos correntes são calculados com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque inclui e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis.

O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base na sistemática de tributação lucro real e utiliza as alíquotas em vigor nas datas dos balanços, ou seja, 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

## 2.11. Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

Não há instrumentos financeiros, que possam ser conversíveis, em ação, não afetando o lucro (prejuízo) diluído por ação.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Bancos	13	9
Aplicação financeira (*)	-	1.519
Total	<u>13</u>	<u>1.528</u>

(\*) Refere-se a aplicação financeira com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor, as quais são substancialmente representadas por títulos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A instituição financeira tem o compromisso de recompra em um prazo inferior a 90 dias.

## 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
RB Capital II FIRF Crédito Privado (*)	<u>30.589</u>	<u>160.790</u>

(\*) Fundo de investimento aberto de liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.. Sua carteira de ativos é composta, principalmente, por operações compromissadas bancárias de liquidez imediata, além de títulos de renda fixa.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

O saldo é composto como segue:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a compensar	7.129	3.610
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar	368	328
Imposto Sobre Serviços - ISS a recuperar	444	444
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.407	3.984
Outros/PIS/Cofins Pago a Maior	16	15
<b>Total</b>	<u>9.364</u>	<u>8.381</u>
Circulante	<u>460</u>	<u>459</u>
Não circulante	<u>8.904</u>	<u>7.922</u>

6. CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2017</u>
Clientes (*)	23.494	6.002
Outras contas a receber	13	13
<b>Total</b>	<u>23.507</u>	<u>6.015</u>

(\*) Referem-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado.

7. IMOBILIZADO

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Desenvolvimento e implementação de projeto (a)	277.940	137.756
Adiantamento a fornecedor (b)	45.073	44.260
Adiantamento a fornecedor (c)	44.320	26.560
Depreciação	(17.476)	(3.385)
	<u>349.857</u>	<u>205.191</u>

(a) Refere-se à implementação e ao desenvolvimento de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera. O projeto visa recuperar e restabelecer a profundidade mínima prevista e exigida na carta náutica.

(b) Refere-se substancialmente a um contrato de afretamento de um conjunto de embarcações para emprego na obra de dragagem do Canal de Piaçaguera. O contrato prevê o adiantamento de R\$47.450 referente às taxas de afretamento e possui prazo de duração de 13 meses.

(c) Refere-se a adiantamento para prestação de serviços de gerenciamento e consultoria no projeto da dragagem do Canal de Piaçaguera.

A movimentação do saldo da rubrica "Imobilizado" é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	20.291
Adições	179.767
Encargos financeiros capitalizados	8.518
Depreciação	<u>(3.385)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	205.191
Adições	144.184
Encargos financeiros capitalizados	14.573
Depreciação (a)	<u>(14.091)</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>349.857</u>

(a) A depreciação iniciou após a entrega da 1ª fase em outubro de 2016. A taxa da depreciação é de 12,37% ao ano.

#### 8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
PIS e COFINS	413	233
ISS	1.209	463
IRRF	161	125
Outros impostos a recolher	215	221
Total	<u>1.998</u>	<u>1.042</u>

#### 9. DEBÊNTURES

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Debêntures	<u>387.117</u>	<u>366.906</u>
Circulante	<u>48.247</u>	<u>46.090</u>
Não circulante	<u>338.870</u>	<u>320.816</u>

Em 15 de março de 2015, foram emitidas 320.899 debêntures decorrentes da negociação conforme o Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitido em 26 de fevereiro de 2015.

As debêntures são objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM e foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio da CETIP S.A. - Mercados Organizados e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

As debêntures são atualizadas por juros remuneratórios de 6,79% ao ano, acrescidos de Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O custo incorrido para a emissão das debêntures foi de R\$23.012.

O vencimento final das debêntures será em 15 de outubro de 2024. A remuneração das debêntures será paga anualmente, de forma simultânea com as parcelas de amortização das debêntures, sempre no dia 15 de outubro de cada ano, sendo os juros pagos a partir do dia 15 de outubro de 2015 e o principal a partir do dia 15 de outubro de 2017. Durante o período compreendido entre a data da emissão e a data do primeiro pagamento das debêntures (período de carência), a remuneração será paga parcialmente e o valor da remuneração que não for paga ao debenturista será incorporado ao valor nominal unitário atualizado, no fim de cada período de capitalização.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

A movimentação das debêntures para o semestre findo em 30 de junho de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	334.283
Amortização dos custos de captação das debêntures	2.510
Encargos financeiros capitalizados (nota 7)	8.518
Encargos financeiros	43.297
Juros pagos	<u>(21.702)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	366.906
Amortização dos custos de captação das debêntures	952
Encargos financeiros capitalizados (nota 7)	14.573
Encargos financeiros	<u>4.686</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>387.117</u>

A composição da parcela do passivo não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano

2018	16.559
2019	8.059
2020	9.951
2021-2024	<u>304.301</u>
	<u>338.870</u>

10. CAPITAL SOCIAL

10.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2017 é de R\$ 420 (R\$420 em 31 de dezembro 2016) e está dividido em 420.000 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na proporção a seguir:

<u>Sócios</u>	<u>30.06.2017</u>	
	<u>Ações</u>	<u>%</u>
RB Capital Salus Infraestrutura I - FIP	415.800	99,00
VLI S.A.	4.200	1,00
	<u>420.000</u>	<u>100,00</u>

10.2. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social. Em 30 de junho de 2017, o saldo dessa reserva era de R\$84.

## 10.3. Destinação do resultado

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

## 11. RECEITA LÍQUIDA

	01.04 a 30.06.17	01.01 a 30.06.17	01.04 a 30.06.16	01.01 a 30.06.16
Receita de contraprestação (*)	13.724	17.694	3.620	6.712
Impostos sobre a receita	(1.955)	(2.521)	(515)	(957)
Total	<u>11.769</u>	<u>15.173</u>	<u>3.105</u>	<u>5.755</u>

(\*) Refere-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado.

## 12. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	01.04 a 30.06.17	01.01 a 30.06.17
Custos com depreciação (nota 7)	<u>(8.083)</u>	<u>(14.091)</u>

## 13. DESPESAS POR NATUREZA

	01.04 a 30.06.17	01.01 a 30.06.17	01.04 a 30.06.16	01.01 a 30.06.16
Anúncios e publicações	(42)	(45)	-	(39)
Despesas com despachantes	-	-	-	(1)
Despesa com advogados	(1)	(2)	-	(57)
Despesas com cartório	(34)	(34)	(1)	(1)
Despesas com taxas e emolumentos	(34)	(71)	-	(1)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(71)	(84)
Despesas com multas	(55)	(107)	-	-
Outras despesas/receitas	(29)	(91)	(6)	(33)
Total	<u>(195)</u>	<u>(350)</u>	<u>(78)</u>	<u>(216)</u>
Classificadas como-				
Despesas gerais e administrativas	(139)	(242)	(78)	(203)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(56)	(108)	-	(13)
Total	<u>(195)</u>	<u>(350)</u>	<u>(78)</u>	<u>(216)</u>



#### 14. RESULTADO FINANCEIRO

	01.04 a 30.06.17	01.01 a 30.06.17	01.04 a 30.06.16	01.01 a 30.06.16
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>1.370</u>	<u>4.800</u>	<u>9.076</u>	<u>18.996</u>
Despesas financeiras:				
Juros remuneratórios e correção monetária das debêntures (nota 9)	(1.354)	(4.686)	(10.662)	(26.067)
Amortização dos custos de emissão de debêntures	(325)	(952)	(626)	(1.255)
IOF	(59)	(232)	(181)	(181)
Outras	(2)	(3)	-	-
Total	<u>(1.740)</u>	<u>(5.873)</u>	<u>(11.469)</u>	<u>(27.503)</u>

#### 15. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) líquido e a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro (prejuízo) líquido básico por ação são conforme segue:

	01.04 a 30.06.17	01.01 a 30.06.17	01.04 a 30.06.16	01.01 a 30.06.16
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	3.952	491	634	(2.968)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro (prejuízo) líquido básico por ação	<u>420.000</u>	<u>420.000</u>	<u>420.000</u>	<u>420.000</u>
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação (em reais - R\$)	<u>9,4095</u>	<u>1,1667</u>	<u>1,5095</u>	<u>(7,0667)</u>

A Sociedade não possui nenhum instrumento financeiro potencialmente conversível em ações, por isso, o prejuízo líquido diluído por ação é igual ao prejuízo básico por ação.

#### 16. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

No semestre findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve remuneração da Administração.

#### 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados conforme as seguintes categorias em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016:

Classificação	Hierarquia	30.06.2017		31.12.2016		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros pelo valor justo	Nível 2	13	13	1.528	1.528
Aplicações financeiras	Ativos financeiros pelo valor justo	Nível 2	30.589	30.589	160.790	160.790
Cientes e outros valores a receber	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	<u>23.507</u>	<u>23.507</u>	<u>6.015</u>	<u>6.015</u>
			<u>54.109</u>	<u>54.109</u>	<u>168.333</u>	<u>168.333</u>

	Classificação	Hierarquia	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos:						
Debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	Nível 2	387.117	414.685	366.906	371.987
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	Nível 2	20.262	20.262	10.379	10.379
			<u>407.379</u>	<u>434.947</u>	<u>377.285</u>	<u>382.366</u>

### 17.1. Considerações gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Sociedade administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

### 17.2. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive critério de reconhecimento, base de mensuração e método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições-padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

#### Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### 17.3. Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre eles destacam-se os riscos de crédito, de liquidez e de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Sociedade a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros, bem como avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez de seus ativos financeiros.

17.4. Derivativos

No semestre findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não contratou instrumentos financeiros derivativos.

17.5. Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Sociedade entende que não incorre em risco de crédito relevante em seus instrumentos financeiros.

17.6. Risco de liquidez

É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar suas operações, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo o pagamento de juros estimados, em valores futuros, considerando as premissas da Administração:

		30.06.2017			Total
		Média ponderada de taxa de juros	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	
Debêntures	IPCA + 6,79%	-	49.898	548.834	598.732

17.7. Risco de mercado

É o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Sociedade atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Sociedade está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI, e à variação de índices de preços, notadamente o IPCA.

17.8. Análise de sensibilidade

Premissas

A Sociedade desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário-base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme segue:

- Cenário-base: baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 30 de junho de 2017 e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico.
- Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base.
- Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base.

Análise

A Sociedade entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações financeiras, e à variação do IPCA, que é base para a atualização de suas debêntures. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

<u>Fator de risco</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário- -base</u>	<u>Cenário adverso</u>	<u>Cenário remoto</u>
Índice de preços - IPCA	Aumento do IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
Taxa de juros - CDI	Diminuição do CDI	10,14%	7,61%	5,07%

  

<u>Fator de risco</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário- -base</u>	<u>Cenário adverso</u>	<u>Cenário remoto</u>
Índice de preços - IPCA	Debêntures	(20.229)	(25.286)	(30.343)
Taxa de juros - CDI	Aplicações financeiras	247	188	126

Está composto pelos juros estimados para o período de 12 meses.

## 18. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Administração da Sociedade define como caixa e equivalentes de caixa valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade são as seguintes:

	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
Encargos financeiros capitalizados	<u>14.573</u>	<u>4.477</u>

## 19. OPERAÇÕES POR SEGMENTO

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 - Informações por Segmento, que é equivalente à IFRS 8 - Segmentos Operacionais. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Sociedade opera com um único segmento e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária

## 20. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 14 de agosto de 2017.